



**CASA DE EPITÁCIO PESSOA  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

**AUTÓGRAFO Nº 733/2021  
PROJETO DE LEI Nº 956/2019  
AUTORIA: DEPUTADO CAIO ROBERTO**

**Institui a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida nas escolas técnicas e de nível médio no Estado da Paraíba.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:**

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Educação Empreendedora, a ser desenvolvida no âmbito das escolas técnicas e das escolas de nível médio no Estado da Paraíba.

**§ 1º** Entende-se por empreendedorismo o aprendizado pessoal que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidade e a construção de um projeto de vida.

**§ 2º** Entende-se por cultura empreendedora nas instituições de ensino como a internalização de comportamento e atitude empreendedoras de alunos e professores para que se tornem responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.

**§ 3º** Entende-se por prática empreendedora, iniciativas ou experiências educacionais que acontecem dentro e fora da sala de aula e que tem como objetivo inspirar e proporcionar oportunidades para os estudantes se envolverem com o empreendedorismo, como disciplina, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria.

**§ 4º** Entende-se por cultura empreendedora nas instituições de ensino como a internalização de comportamento e atitude empreendedoras de alunos e professores para que se tornem responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.

**Art. 2º** A política de que trata esta lei tem como objetivos:

- I – estimular o desenvolvimento do Estado como um todo, bem como o desenvolvimento local;
- II – contribuir para a formação da base tecnológica;
- III- fomentar a atividade econômica;
- IV – apoiar a criação e gestão de pequenas empresas;
- V – desenvolver as competências empreendedoras nos alunos.

**Art. 3º** A implementação e execução da Política Estadual de Educação Empreendedora terão como diretrizes:

- I - criar incubadoras empresariais dentro das escolas integradas;
- II – capacitar o corpo docente das escolas mencionadas;
- III – estimular a implantação de práticas educacionais que congreguem a comunidade escolar e a inovação nas práticas educacionais e nos projetos que explorem ideias de negócios;
- IV – estimular a realização de pesquisas, experimentos e atividades que visem ao aprimoramento de ideias, à concretização e ao efetivo funcionamento dos negócios implementados;
- V – promover a entrada no mercado de novos produtos e serviços;
- VI – realizar convênios e acordos de cooperação técnica com órgãos e instituições oficiais e privadas, visando estabelecer parcerias e ações integradas para o desenvolvimento;
- VII – ampliar, promover e disseminar a educação empreendedora nas instituições de ensino por meio da oferta de conteúdos de empreendedorismo nos currículos, objetivando a consolidação da cultura empreendedora na educação;
- VIII – desenvolver características comportamentais empreendedoras, como autonomia e protagonismo.

**Art. 4º** Caberá a Secretaria de Educação e a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba o detalhamento dos conteúdos e a regulamentação da Política Estadual de Educação Empreendedora, prevendo inclusão de conteúdo e atividades que promovam a cultura empreendedora no projeto pedagógico e no plano escola, para a realização de práticas empreendedoras no processo de ensino e aprendizagem, conforme diretrizes dessa legislação.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo compreende ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas aos estudantes de escolas técnicas e das escolas de nível médio do Estado.

**Art. 5º** As escolas técnicas e de nível médio do Estado deverão inserir em seus calendários anuais, eventos e atividades voltadas para a educação empreendedora, envolvendo a família e instituições que atuam na área.

**Parágrafo único.** Referida ação contará como atividade extracurricular no intuito de educar, agregar e fixar conhecimentos, influenciando desta forma, outros aprendizados que não estão incluídos na grade curricular.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “Casa de Epitácio Pessoa”, João Pessoa, 05 de abril de 2021.

**ADRIANO GALDINO**  
Presidente

